



Cooperativa De Educação, Reabilitação, Capacitação E Inclusão de Pombal, C.R.L.

CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia n.º 02/CPR/2025

**FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES DA CERCIPOM, CRL.,
AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 1/2021 "ACORDO-QUADRO PARA FORNECIMENTO DE
ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE" - PROCESSO N.º 02/CPR/2025**



Cooperativa De Educação, Reabilitação, Capacitação E Inclusão de Pombal, CRL.

Cláusula 1.^a – Designação do Procedimento

Fornecimento contínuo de energia elétrica para instalações da CERCIPOM, CRL., ao abrigo do Acordo Quadro n.º 1/2023 "Acordo-Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre" – Processo n.º 02/CPR/2025.

Cláusula 2.^a Objecto do Fornecimento ou da Prestação

- I. O procedimento tem por objeto a aquisição de fornecimento de Energia Elétrica para os locais de consumo identificados no ANEXO III – Mapa de Quantidades e Avaliação de Propostas.
- II. O fornecimento compreende o Lote 4 – Agregado (BTN, BTE, MT) do Acordo Quadro, sendo admitidas propostas apenas para a totalidade do lote, com a seguinte distribuição:
 - 1 – Lar Residencial da Guia e CAO – PT0002000115245951QS, com 41.41KVA;
 - 2 – Centro de Formação – PT0002000200847743LQ, com 180.63KVA;
 - 3 – Centro de Atividades Ocupacionais Pombal – PT002000076314269LL, com 41.41KVA;
 - 4 – Lar Residencial Pombal – PT0002000103970487RW, com 41.40KVA; e,
 - 5 – Residência – PT0002000201290051EB, com 6.9KVA.
- III. O presente convite é efetuado ao abrigo do Acordo Quadro n.º 1/2023 "Acordo-Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre", Procedimento n.º 6458756 do Base.Gov, nos termos do Artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.

Cláusula 3.^a – Local de Execução

Os bens objeto do contrato serão entregues para os locais de consumo identificados na Cláusula 16.^a – Identificação dos locais de consumo.

Cláusula 4.^a – Prazo de Execução/Duração do Contrato

O contrato inicia-se na data de assinatura, e/ou a contar da data a partir da transferência efetiva do fornecimento para o novo comercializador. O contrato vigorará pelo prazo doze meses, ou até extinção da totalidade do valor adjudicado para este fornecimento, e/ou até à transferência efetiva do fornecimento para novo comercializador, aquando de nova contratação para este fornecimento, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.^a – Preço Base

- 1 - Para o presente procedimento é fixado preço base global para a totalidade do fornecimento de € 50.000,00 Euros (cinquenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente contrato.
- 3 - As propostas de valor superior ao preço base fixado serão excluídas, por força da disposição da alínea d) do n.º 2, do Artigo 70.º, do CCP.

Cláusula 6.^a – Prazo de Pagamentos

- 1 - Os pagamentos serão efetuados em prazo não superior a 30 dias, contados da data de apresentação das faturas.
- 2 - As quantias devidas pela CERCIPOM, CRL, nos termos do ponto anterior, deverão ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3 - As faturas deverão ser enviadas de forma eletrónica para a CERCIPOM, CRL, com sede na Avenida Heróis Ultramar, n.º 108, 3100-462 Pombal.
- 4 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com o fornecimento dos bens/serviços objeto de contrato.
- 5 - Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.
- 6 - Em caso de discordância por parte da CERCIPOM, CRL, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 7.^a – Retenções Sobre Pagamentos

Não serão feitas retenções sobre os pagamentos, sem prejuízo do integral cumprimento do contrato.

Cláusula 8.^a – Cessão da Posição Contratual

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

Cláusula 9.^a – Casos Fortuitos ou de Força Maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao fornecedor.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 - Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4- Não constituirão casos de força maior:

- a. As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b. As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c. As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- d. Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e. As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não resultantes de sabotagem;
- f. Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- g. Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.^a – Patentes, Licenças e Marcas Registradas

- 1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registradas, patentes registradas ou licenças.
- 2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 11.^a – Garantia

- 1 - O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo adicional para a entidade adjudicante, os serviços fornecidos, pelo prazo indicado no ponto 4.
- 2 - O prazo de execução referido no número anterior conta-se a partir do término do procedimento.
- 3 - São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, Ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior, quando aplicável.
- 4 - Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário, quando aplicável.

Cláusula 12.^a - Penalidades Contratuais

- 1 - Em caso de atraso na entrega dos bens ou serviços, por reconhecida falta do Comercializador, conforme definido na regulamentação da ERSE, a CERCIPOM, CRL aplicará uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 0,5 % do preço contratual dos mesmos, até ao limite de 10% do valor do contrato.
- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

Cláusula 13.^a - Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Pombal pagará, para o referido lote agregado, ao fornecedor o preço relativo às parcelas constantes na sua Proposta, em função do consumo efetivamente verificado, relativas às Componentes de Energia Ativa específicas do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado no Anexo II do Convite.

2 - Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas da Componente de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a proposta, nomeadamente:

- Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Tarifa Simples;
- Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;
- Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;
- Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio;
- Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Super-vazio;
- Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
- Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta;

3 - Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a proposta, nomeadamente:

- Energia Reativa Consumida;
- Energia Reativa Fornecida;
- Outras Taxas Legalmente Obrigatórias.

4 - Os preços constantes da Proposta não são revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas tarifadas pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar em cada ano civil.

Cláusula 14.^a - Transição dos serviços objeto do contrato

1 - Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a entidade adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

2 - O contrato entra em vigor na data da sua assinatura e produz efeitos, em relação a cada um dos locais de consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por comercializadores, que não o comercializador de último recurso, incluindo os procedimentos de mudança de fornecedor

Cláusula 15.^a - Produção de efeitos

O Contrato entra em vigor na data da sua assinatura e produz efeitos, em relação a cada um dos Locais de Consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia eléctrica por comercializadores, que não o comercializador de último recurso, incluindo os procedimentos de mudança de fornecedor.

Cláusula 16.ª – Identificação dos locais de consumo

CPE (CIL)	Natureza da Instalação	Morada	Localidade	Nível de Tensão
PT0002000115245951QS	Lar Residencial da Guia e CAO	Rua dos Lusíadas	Guia – Pombal	BTE
PT0002000200847743LQ	Centro de Formação	Rua António Champalimaud	Pombal	BTE
PT002000076314269LL	Centro de Atividades Ocupacionais Pombal	Avenida Heróis do Ultramar, n.º 108,	Pombal	BTE
PT0002000103970487RW	Lar Residencial Pombal	Rua Memorial do Convento, N.ª Senhora de Belém	Pombal	BTN
PT0002000201290051EB	Residência	Rua do Sporting BI, 2, 1.º Dt.º Frente, 3100-434 – Pombal	Pombal	BTE

Despacho:

Aprova-se, 13/05/2025.

A Direcção,

(Manuel Santos – Presidente)

(Preciosa Santos – Vice-Presidente)

(Maria José Pedro – Vogal)